

2008 - Será que está um agiota a mexer na política santomense?

Será que está um agiota a mexer na política santomense?

por: Eugénio Costa Almeida©

Talvez não devesse me meter na política interna de São Tomé e Príncipe por não ser um nacional e haver bons analistas santomenses que, por certo, o farão com lucidez e clarividência.

Mas enquanto africano, lusófono e analista político não posso deixar de o fazer até porque, e não acredito – ainda – em teorias de conspiração, parece haver quem maneje a política interna santomense por fora de uma forma pouco transparente e honesta.

A quem realmente interessa a situação política em São Tomé e Príncipe, nomeadamente, depois do discreto aviso das forças militares e militarizadas do País, mesmo que alguns quantos pensem que o seu lugar é, unicamente, estar nos quartéis ou, em caso extremo, prontos para a defesa nacional?

Quando tudo parecia caminhar para um período de estabilidade com um governo de coligação liderada por um ex-candidato a presidente, Patrice Trovada, um dos partidos da coligação, o PCD, decidiu apoiar o voto de censura contra o Governo apresentado pelo MLSTP-PSD.

O vento que pairava no ar trazia a ideia que alguém queria à viva força uma antecipação das eleições gerais.

O presidente, lendo as dificuldades financeiras do País, optou por chamar o maior partido da oposição, o MLSTP, que indicasse alguém para formar Governo, contrariando a vontade do co-vencedor PCD que tinha entrado nas eleições coligado ao MDFM.

Foi proposto e aceite o seu líder Rafael Branco que parecia tudo ter bem encaminhado para apresentar um Governo minoritário mas com base constitucional credível.

Na sequência de uma viagem do presidente Fradique de Menezes a Luanda, este surge com uma proposta, no mínimo estranha mas interessante para a estabilidade governativa do País; que Branco propusesse aos partidos parlamentares entrada no governo para solidificar a base constitucional do Governo.

Se alguém previa que com esta proposta perversa o líder do MLSTP iria deixar cair o Governo, enganou-se, porque não só a aceitou e a acolheu como começou, de imediato, a tentar criar um Governo de coligação.

Quando parecia que tudo estava bem encaminhado, Rafael Branco apresentou a renúncia ao cargo e indicou impossibilidade de criar um Governo de ampla base parlamentar porque, uma vez mais, tudo indicava que estariam a mexer os cordelinhos de uma qualquer marioneta para impedir a estabilidade política em São Tomé e Príncipe.

Uma atitude legítima e honesta de quem há muito deseja chegar ao poder, não o querendo fazer a qualquer preço.

Esta foi uma deixa para o partido de Trovada, ADI, depois de ver o Tribunal Constitucional recusar uma providência cautelar que impedisse o MLSTP de formar governo por este partido não ter ganho as eleições – como também a ADI o não ganhou –; apresentar a proposta que há muito se cogitava mas que pareciam ter algum pudor em formular: eleições gerais que, pasme-se, incluíssem as presidenciais!

Não acredito em coincidências nem, tão pouco, em teorias de conspiração, mas que é estranho esta proposta embora vinda de onde vem e depois de uma visita presidencial a Luanda…

Naturalmente que o Presidente santomense, depois de ouvir o Conselho de Estado rejeitou, liminarmente, esta proposta política e vai iniciar novas consultas para a formação de um Governo que estabilize a vida política santomense e impeça outros de obter dividendos políticos com a instabilidade nas ilhas maravilhosas do Equador.

Como já referi num parágrafo anterior, não acredito em teorias de conspiração, mas sempre que se adivinham alterações políticas ou susceptíveis de as mesmas poderem acontecer num Estado vizinho, parece haver quem queira a instabilidade nas verdes ilhas equatoriais do Golfo.

Quando não há crise políticas, há um aeroporto não correctamente inaugurado, fundos regionais que não aparecem, populações que são compulsivamente transferidas para gáudio de um qualquer nababo capitalista, e por aí fora.

E enquanto decorrerem problemas em São Tomé e Príncipe, de certeza que os problemas dos Estados vizinhos passarão para outros patamares mais discretos e menos susceptíveis de serem ouvidos, vistos ou analisados.

E, assim, os agentes externos poderão manobrar uns quantos actos eleitorais ou alguns poleiros político-governativos…

19/Jun/2008©Publicado no Notícias Lusófonas, na rubrica "Colunistas" em 19.Junho.2008,
(<http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=21221&catogory=ECAAlmeida>)